

VÍTOR NEVES
JOSÉ CASTRO CALDAS (Orgs.)

A Economia Sem Muros


ALAMEDA


ces

2010

10. A ECONOMIA EM TEMPO DE CRISE: DESAFIOS A UMA CIÊNCIA COM HISTÓRIA*

José Luís Cardoso

As expressões contidas no título pretendem esclarecer o âmbito e objectivo desta contribuição para o debate sobre “a Economia e o económico” nos dias de hoje. Os sinais de forte recessão e os anúncios de uma possível depressão que se avizinha não deixam dúvidas sobre a gravidade de tempos difíceis que, com maior ou menor dose de pessimismo, se antecipam e previnem. A crise não é apenas a que se revela através da perturbação acentuada nos mercados económicos e financeiros, do agravamento do desemprego, da perda de poder de compra, da falência e encerramento de empresas em todos os sectores de actividade económica a uma escala global. Para além das consequências sociais e políticas que inevitavelmente acarreta, a crise é também da economia enquanto ciência que desejavelmente deveria contribuir para a compreensão e solução dos problemas que afligem o mundo contemporâneo. No que se refere a essa ingénua ambição de uma ciência prescritiva de remédios e paliativos, parece que já se perderam as esperanças e desfizeram todas as ilusões. Mas o que revela que a situação é verdadeiramente grave é a convicção que começa a ganhar crescente credibilidade de que, afinal, a ciência nem sequer serve para descrever e diagnosticar os males de que os mercados padecem. É essa dimensão da crise que afecta a economia como ciência que aqui me interessa, sobretudo, considerar.

Para quem gosta de usar as vestes de historiador económico e de historiador do pensamento económico, o momento que atravessamos quase surge como oportunidade de redenção, na medida em que permite apontar o dedo acusador aos economistas convencionais que se esquecem que a história oferece soluções de compreensão do presente, para além de permitir a demonstração de que as capacidades dos historiadores têm sido injustamente subalterinizadas. Ou seja, a história económica e a história do pensamento

* Este texto foi escrito em Março de 2009 e revisito em Julho de 2009. Para as revisões efectuadas contribuíram os comentários e sugestões de Joaquim Feio, Tiago Mara, Nuno Palma e Álvaro Santos Pereira, que muito agradeço.

económico, duas sub-disciplinas nem sempre bem tratadas pela ciência económica rainha, conhecem agora um momento de afirmação e glória que se espera não seja efêmera.

Para se compreender a profundidade da crise da Economia e do económico, é importante aprender com os ensinamentos que a história proporciona. Por um lado, trata-se de uma aprendizagem por comparação com outros momentos de crise e depressão que ciclicamente afligem as economias capitalistas à escala mundial. A história económica oferece múltiplos ensinamentos de descoberta de momentos reveladores de uma espantosa repetição de ocorrências que tornam semelhantes os períodos de acelerada contração da actividade económica e de forte instabilidade financeira. A lembrança frequente que agora é feita da Grande Depressão da década de 1930 é, portanto, a demonstração mais eloquente de que os intérpretes do mundo de hoje querem estar atentos às lições que o passado oferece. Mas a história é também pródiga em ensinamentos que nos revelam que é na própria ciência económica que se demonstram, ao longo da sua história, capacidades de renovação de quadros doutrinais, de modelos teóricos e de programas de política económica. Essas capacidades são testemunho de uma vitalidade que autoriza algum optimismo em relação às respostas que podem ser dadas para compreender e resolver os problemas do tempo presente. Assim se explica a recorrente e cada vez mais insistente utilização que hoje se faz do testemunho e da obra de John Maynard Keynes, subtilmente transformado em herói salvador da nova grande depressão que nos assalta. Por isso, é fundamental realçar a importância do conhecimento da história de uma ciência cujos praticantes acreditam que é possível encontrar soluções adequadas que no passado foram ensaiadas para problemas semelhantes. E também neste âmbito da economia enquanto ciência com história que esta contribuição se desenrola.

Significará esse retorno a Keynes o fim das doutrinas e teorias económicas que nas últimas décadas têm estado ao serviço da ortodoxia dominante nos meios académicos, empresariais e políticos? Aconselha a prudência que se evitem afirmações peremptórias sobre a matéria. As declarações de desencanto e as profecias da desgraça não ajudam a compreender a historicidade de uma ciência que pode agora evocar o uso de respostas teóricas e políticas que mais tarde poderão vir a ser rejeitadas por abuso. Por outras palavras, quando legitimamente se criticam os economistas de formação neoclássica e convicção (neo-)liberal de serem incapazes de interpretar e solucionar a crise actual, convirá advertir que as contribuições que no passado deram não deixarão de ser úteis para a construção da ciência económica no presente e

no futuro. O trabalho científico não se compadecer com atitudes radicais de tábua rasa. As “revoluções” científicas, as mudanças de paradigma, a evolução dos programas de investigação, transportam sempre elementos de continuidade. Por isso, ao escoar-se a água suja do banho, convém evitar que a criança também escoeira no turbilhão. Sabemos, no entanto, que a criança que nos fica nas mãos necessita de cuidados e tratamentos muito especiais.

A conversão dos (in)féis

A leitura de testemunhos ocasionais regularmente publicados na imprensa e na blogosfera, cria no leitor imensa perplexidade, levando-o a admitir que o mundo já não é o que era, pois os economistas já não são o que diziam ser. Economistas respeitáveis, bem entendido, daqueles que fazem da medalha Nobel que ostentam ou ambicionam, motivo de sobra para serem ouvidos pela opinião pública, não menos respeitável. Vejamos um breve mas sugestivo exemplo.

No início de Fevereiro de 2009, Gary Becker (prémio Nobel em 1992) e Richard Posner (que ainda não perdeu a esperança de o vir a ser), insígnias respeitadores de uma visão liberal do mundo, discutiram a legitimidade de medidas proteccionistas em clima de depressão, clamando e apelando a um inequívoco “Compra! Americano!” como meio de evitar maior descalabro na situação de desemprego na economia americana. E não se coíbam de reclamar um “programa Keynesiano anti-depressão”, sustentado no financiamento de projectos públicos de construção de infra-estruturas, sobretudo no sector de transportes e acessibilidades. A retórica argumentativa sublinhava a superior relevância da ajuda que o governo americano assim daria ao povo americano, mais importante do que combater a malária ou promover a agricultura e o planeamento familiar em países do Terceiro Mundo (Becker e Posner, 2009). Apesar de esconderem os galões liberais, nem por isso perdem a oportunidade para um exercício cínico de *realpolitik* proteccionista.

Em registo mais ponderado e sereno, Richard Posner admite a necessidade de um programa de intervenção governamental como solução para remediar os efeitos de uma depressão que não resulta de falhas de intervenção do Estado, mas sim do fracasso de um certo modelo de organização económica capitalista (Posner, 2009: 220-51). O seu testemunho é especialmente significativo, uma vez que é proveniente de uma área política e ideológica conhecida pela afeição às virtudes e méritos do mercado e suas capacidades de auto-regulação.

Não quer isto dizer que todos os economistas de formação liberal (conservadores, na acepção americana da palavra) tenham renunciado às suas convicções ideológicas mais profundas, ou que tenham deixado de responsabilizar os governos pelas acções de intervenção e regulação que aceleraram ou acentuaram a crise financeira actual e o movimento de entrada em recessão (Taylor, 2009)¹. Todavia, os testemunhos de conversão a novos ideários são mais numerosos e eloquentes, assumindo modalidades de maior ou menor grau de arrependimento, desde a explícita confissão de fracasso de Alan Greenspan na condução (ou não condução) da política de regulação económica pelo Reserva Federal Americana, ao cândido aviso de Paul Romer de que os modelos de ciclos económicos reais, de alto rigor e sofisticação matemática, são incapazes de explicar a ocorrência de uma nova grande depressão (Romer, 2008). Por isso, explica Romer, os fundamentalistas têm que ceder lugar aos realistas que compreendem e sabem que o pragmatismo na condução da política macroeconómica de curto prazo não se compadece com uma crença cega nas virtudes sagradas de mercados que se auto-equilibram. Idêntica divyida metódica é explicitada por Bradford DeLong acerca das consequências nefastas da liberalização excessiva do mercado de capitais (DeLong, 2008: 63). Alguns desconsolados não se conformam com o facto de os economistas terem renunciado aos seus princípios (Hart e Zingales, 2008), ainda que admitam a inevitabilidade de uma intervenção governamental necessariamente baseada em princípios. Ou seja, apesar de reafirmarem as capacidades de auto-regulação dos mercados, em benefício da demonstração da sua coerência intelectual, aceitam que o Estado possa complementar essa regulação através de uma actuação que não seja puramente discricionária. O arrependimento e a conversão são, afinal, um sinal de saudável lucidez, mesmo para os que à partida se declararam mais cépticos.

Alguns economistas celebrizados pelo prémio Nobel, e amplamente celebrados pelo seu inconformismo político e ideológico que não necessitou da crise actual para se afirmar – como são os casos de Joseph Stiglitz e Paul Krugman – vêm permanentemente a terreiro em missão cívica essencial que consiste em elucidar de forma compreensível pelo grande público, por que razão

¹ Num registo semelhante de manifesto doutrinal contra soluções de intervenção governamental veja-se a petição recentemente assinada por algumas dezenas de economistas americanos, promovida pelo *Cato Institute*, contra o programa de recuperação económica anunciado pelo Presidente Barak Obama. (http://www.cato.org/special/stimulus09/cato_stimulus.pdf).

a teoria económica convencional (neoclássica e novo-clássica) não serve para explicar os problemas económicos do mundo real. Na sua habitual coluna de opinião e de persuasão política, Krugman alerta para o risco de entrada em situação limite que conduza ao início de uma segunda Grande Depressão e explica que os erros cometidos na primeira, no início da década de 1930 (Krugman, 2009), não podem ser repetidos. Para tal declara a necessidade de uma política deliberada de deficit orçamental contra-ciclo e reivindicada os méritos da teoria económica de Keynes que, se fora útil para interpretar e debelar a primeira Grande Depressão, mais útil será agora para se vencer a segunda. Se já todos éramos Keynesianos agora, como declarou Milton Friedman (prontamente secundado pelo Presidente Nixon no final da década de 1960) em lembrança dos contributos dados por Keynes para fixar a linha-guagem macroeconómica contemporânea, razões acrescidas existem para de novo o sermos ainda mais.

Com o mesmo intuito de prevenção e alerta em relação às políticas que devem ser seguidas para se evitarem consequências agravadas, mas com uma carga porventura mais pessimista no que se refere ao diagnóstico da situação presente, Barry Eichengreen e Kevin O'Rourke compararam a evolução de indicadores da actividade económica mundial (produção industrial, mercado de acções, volume de comércio) nos últimos nove meses com a evolução dos mesmos indicadores nos nove meses que se seguiram à 6ª feira negra de Outubro de 1929; e chegaram à alarmante conclusão de que a situação de hoje é bem pior do que a que se registou nos meses iniciais da Grande Depressão. E concluem que, para que esta nova depressão não venha a ser assim tão grande, será indispensável prosseguir uma resposta política firme e segura nos planos monetário e orçamental (Eichengreen e O'Rourke, Junho 2009)². Os exemplos propostadamente retirados de blogs e colunas de jornal³ apenas servem para ilustrar a agitação latente e a preocupação constante de

² Estes autores não temem o uso da palavra “depressão” para descrever a situação da economia mundial no final do primeiro semestre de 2009, tal como também não hesita fazê-lo Richard Posner (2009: ix). Particularmente interessante, neste contexto discursivo, é a utilização das lições da Grande Depressão da década de 1930 como ponto de partida para a reflexão sobre as soluções para o tempo presente. A este propósito cf. o debate promovido pelo Council on Foreign Relations (USA), cujo resumo se encontra em: http://www.cfr.org/project/1405/symposium_on_the_great_depression.html

³ Os testemunhos ocasionais e circunstanciais são necessariamente datados e seriam certamente outros, caso este texto tivesse sido terminado um ou dois meses mais tarde.

altera perante uma situação que desafia os economistas a demonstrar que nem toda a teoria económica está condenada ao fracasso. A falência dos modelos macroeconómicos de expectativas racionais e de ciclos económicos reais, ao princípio sagrado da não interferência do Estado no equilíbrio espontâneo dos mercados, contrapõe-se agora o retorno a Keynes e às políticas económicas intervencionistas habitualmente associadas ao seu legado.

Porém, em territórios mais propícios à apresentação ponderada de argumentos analíticos, repetem-se os mesmos avisos e alertas. Os ensinamentos da primeira Grande Depressão são considerados essenciais para se compreender a nova depressão em fase inicial (Krugman, 2008); os herdeiros da tradição monetarista são declarados incapazes de compreender como ocorrem situações de recessão e depressão económica (Temin, 2008); o regresso a Keynes é visto como essencial para se restaurar um clima de confiança que permita reinventar os *animal spirits* que se perderam e que são a base das iniciativas de relançamento da actividade económica quando a depressão se instala (Akerloff e Shiller, 2009)⁴.

Assim se vai construindo um novo consenso Keynesiano, bordado em mensagens que sistematicamente recordam que as más notícias não soaram apenas agora e que o perigo associado à exuberância irracional dos mercados (Shiller, 2000, recuperando expressão de Alan Greenspan a propósito do comportamento dos investidores no mercado bolsista em meados da década de 1990) há muito havia sido decretado⁵. Com efeito, o desmantelamento progressivo de políticas macroeconómicas concertadas, o excesso de desregulação nos mercados financeiros, a prevalência de um clima de especulação

O carácter efémero dos comentários avulsos tem no entanto o mérito de demonstrar a relevância do tempo instantâneo como pretexto para uma digressão pela teoria e pela história que enriquecem a compreensão do presente.

⁴ Apesar de a noção de “animal spirits” manipulada por Akerloff e Shiller (2009) não ser claramente explicitada e não corresponder à visão keynesiana, que remete para uma espécie de intuição e urgência espontânea na acção dos agentes económicos, o essencial da sua mensagem consiste em afirmar que o funcionamento da vida económica depende dos estados de *anima*, dos níveis de confiança e credibilidade, da boa-fé e sentido de justiça de actores sociais e políticos, da capacidade de crença nas virtudes de um sistema económico quando este dá sinais de erosão.

⁵ Para uma visão sugestiva (ainda que por vezes algo simplista) sobre as dificuldades de conciliação entre a ideia de racionalidade e o funcionamento dos mercados financeiros, guiada pelos trajectos biográficos dos autores que mais contribuíram para a compreensão e análise desses mercados, cf. Fox (2009).

e corrupção nos meios empresariais (Sigritz, 2003), são factores próximos que ajudam a explicar a crise do sistema económico e financeiro à escala global, ao mesmo tempo que revelam a continuidade dos alertas sobre os desastres iminentes.

Em busca de um objecto perdido

Apesar dos alertas vindos de vozes dissidentes, era difícil admitir ou prever a imensa perplexidade dos cultores da ciência económica *mainstream* perante a sucessão de sinais de crise crescentemente preocupantes. Tal perplexidade ficou em larga medida a dever-se ao desprezo e distração que nas últimas décadas a teoria económica demonstrou em relação à compreensão de problemas essenciais.⁶ Com efeito, a predilecção por temas supostamente mais atractivos ou fracturantes foi gradualmente transformando a ciência económica num mero exercício metodológico de análise de problemas de cálculo de incentivos e maximização de utilidade, num contexto em que ocorrem limitações e restrições aos processos de escolha e decisão que visam a obtenção de níveis máximos de satisfação individual. A ciência económica mudou a identidade do seu objecto e estre adquiriu nova dimensão heurística, passando a confundir-se com a análise de qualquer gesto ou motivação de comportamento dos agentes económicos, desde que servido por modelo conceptual rigoroso e método de abordagem apropriado. O triunfo dos instrumentos e do método deixou a economia a debater-se com a irrelevância do seu objecto. Bem longe e ao abandono ficaram os temas que estiveram na origem da formação da economia como ciência, ou seja, o sistema de actividades e relações entre os homens nos domínios da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, assim como a articulação dinâmica de tais actividades no tempo e no espaço.

Assim, as motivações dos agentes imobiliários, dos traficantes de droga ou dos prosélitos seguidores do Ku Klux Klan substituíram na agenda de investigação temas “irrelevantes” como a eficiência de mercados, a distribuição do rendimento, ou os factores de crescimento económico. Muitos economistas transformaram-se em voyeurs e intérpretes do comportamento humano nas suas mais diversas vertentes e dimensões: na família, na vida política, no crime, nas práticas sexuais, no vício e transgressão, na religião, enfim, em qualquer

⁶ Uma parte das reflexões e referências incluídas nesta secção incorpora elementos que resultam do diálogo e parceria com Nuno Palma (Cardoso e Palma, 2009).

domínio de actividade em que seja possível definir uma função de utilidade e testar padrões e modelos de desempenho dos agentes, com maior ou menor dose de rigor e de sofisticação na formulação de hipóteses e na escolha de variáveis e parâmetros.

O velho sonho de triunfo do imperialismo económico Beckeriano (ou seja: a aplicação do raciocínio microeconómico tradicional a qualquer domínio da actividade humana)⁷ parecia finalmente ganhar uma nova sustentação, alicerçada na comunidade dos departamentos universitários e no universo competitivo das revistas científicas mais prestigiadas e reconhecidas internacionalmente; mas também amparada numa massa de textos de divulgação em que a economia se revela ao grande público como receita eficaz para a descoberta do lado escondido de todas as coisas (Levit e Dubner, 2005).⁸ Neste alargamento de campos para exercício intelectual de amplo alcance mas de duplo interesse, em nome da ciência económica e com o aval dos mais sérios colégios de autoridade académica, o objecto da Economia acolhe a batota e fingimento dos lutadores de luta livre (Duggan e Levit, 2002), sem esquecer os mistérios do desempenho tático dos jogadores de basebol (Bradbury e Drienen, 2007).

Por esta via se foi construindo, em minha opinião, uma perspectiva amplamente reductora que revela o alcance limitado de uma ciência que parece ter esquecido ou perdido o seu verdadeiro objecto. À primeira vista parece que estamos diante de um processo de enriquecimento de pesquisa, já que se considera que todos os temas que a imaginação abarca são susceptíveis de abordagem e explicação económica. Todavia, essa invasão de territórios inexplorados acaba por transformar o objecto da Economia numa matéria sobre a qual quase apenas incide a análise de custos e benefícios e o cálculo e gestão de incentivos⁹.

⁷ Veja-se em particular Gary Becker (1976: 5) para quem: “Os pressupostos combinados de comportamento maximizador, equilíbrio de mercado e preferências estáveis, usados de forma persistente e corajosa, constituem a essência da abordagem económica”.

⁸ O best-seller *Freakonomics* já vendeu mais de 3 milhões de exemplares em todo o mundo desde a sua publicação em 2005, um volume de vendas que não tem paralelo com nenhum grande livro de sucesso de qualquer grande economista. Para tal sucesso muito contribuiu a aliança magistral das técnicas de comunicação jornalística (Stephen Dubner) com os méritos académicos e a seriedade de propósitos científicos de um economista académico extraordinariamente promissor (Steve Levitt).

⁹ Para uma crítica da abordagem *freakonomics* e das questões que a ciência económica mediática considera relevantes e interessantes para pesquisa, veja-se DiNardo (2007).

Utilizando recurso de linguagem tão caro aos autores aqui criticados, dir-se-ia que esse desvio de atenção para coisas irrisórias e menores teve um elevado custo de oportunidade. E o preço a pagar teve ainda como contrapartida a diminuição de atenção perante os problemas reais com que as economias se confrontam, para além do enorme desperdício de tempo e de talento que inevitavelmente acarretou. A este propósito, vale a pena recordar o aviso de Lionel Robbins, autor insuspeito de remar contra correntes dominantes, que no seu tempo alertava para a necessidade de a ciência económica não se perder no labirinto de coisas irrelevantes:

Não pode haver qualquer dúvida de que um dos maiores perigos com que se depara o economista de hoje é a precupação com o irrelevante, ou seja, a multiplicação de actividades que têm muito pouca ou nenhuma ligação com a solução de problemas estritamente relacionados com o seu objecto (Robbins, 1935: 3).

Para além da irrelevância, ergue-se outra dificuldade na avaliação do trabalho que ao longo das últimas décadas a teoria económica tem vindo a produzir e que, conforme recentemente sublinhou Amartya Sen (2008: 619), demonstra não apenas a falta de conhecimento da realidade empírica sobre a qual se teoriza, mas também a falta de interesse pelos problemas reais e concretos que surgem deliberadamente simplificados nos modelos construídos pela teoria económica. Para além do desinteresse decretado por Sen, acrescento também, nota-se algum desprezo e receio em sujar as mãos com uma realidade tremendamente difícil de compreender.

É óbvio que há excelentes excepções que destoam deste panorama negativo e que oferecem contribuições pertinentes para a compreensão dos problemas económicos do mundo contemporâneo. No âmbito das intervenções académicas destinadas a um grande público, vale a pena assinalar o livro editado por Stiglitz *et al.* (2008) que reproduz pequenos textos, inicialmente publicados em formato electrónico (bepress.com), de grandes economistas¹⁰ que escrevem sobre temas de enorme relevância, designadamente sobre alterações climáticas e aquecimento global, globalização e economia internacional, política orçamental e reforma fiscal, segurança social e outras políticas sociais,

¹⁰ Entre os quais destaco, para além dos próprios editores do livro, os nomes de Kenneth Arrow, Gary Becker, Martin Feldstein, Paul Krugman, Richard Posner, Thomas Schelling e Robert Shiller.

mercado imobiliário, e ainda sobre os custos da guerra do Iraque e sobre o lado económico da pena de morte. Estes testemunhos são a comprovação de que, independentemente das inclinações ideológicas e opções políticas, para além das orientações metodológicas e filiações teóricas, sobram sempre múltiplas oportunidades de desenvolvimento de trabalho de qualidade sobre a economia real e concreta em que vivemos e que queremos melhor compreender para também nela melhor podermos actuar. Neste sentido, o actual momento de crise e início de depressão constitui oportunidade de ouro para se testar a capacidade que a ciência económica tem para reinventar de forma segura o seu objecto.

Keynes regressa, estais perdido

Como resultado da exposição do ponto anterior, constata-se que a ciência económica contemporânea, sobretudo na sua vertente microeconómica, enveredou por uma via de popularização baseada no sucesso mediático facilmente obtido pelos ensaios de explicação do comportamento económico racional enquanto resposta mecânica a incentivos na busca de maximização da utilidade individual. Apesar de os modelos construídos pela teoria económica adquirirem níveis de sofisticação que não podem ser resumidos de modo tão simplista, é no entanto patente e notória a aceitação de pressupostos básicos sobre o funcionamento da vida económica que se sintetizam no lema e enunciado de que “os agentes maximizam e os mercados equilibram”. No que se refere especificamente à questão do equilíbrio espontâneo e automático dos mercados, tal crença trouxe consigo a renúncia a qualquer tipo de acção intervencionista do Estado no território económico, para além do exercício de uma mera função de regulação e enquadramento institucional. E daí decorreu, naturalmente, um progressivo apagamento dos atributos outrora consagrados ao Estado em matérias de política macroeconómica. A história do pensamento económico desde finais da década de 1970 consistiu na afirmação gradual deste tipo de visão, cujos méritos doutrinais e heurísticos parecem agora ter chegado ao seu termo.¹¹

Presos e entredados nos pressupostos que conceberam e nos objectos que construíram, muitos economistas convencionais ficaram agora, literalmente,

de bolsos vazios e mãos a abanar. É neste contexto que também muitos buscam agora uma tábua de salvação nas ideias e no legado de John Maynard Keynes, féis à ideia e ao legado do próprio Keynes que premonitoriamente escreveu que “os homens práticos, que acreditam serem imunes a quaisquer influências intelectuais, são habitualmente escravos de algum economista defunto” (Keynes, 1936: 361).¹² Sem se negar a utilidade de tal recurso e regresso a este economista defunto, convirá esclarecer cuidados a ter e desfa-zer alguns mitos habitualmente associados ao consumo da sua imagem, ou à sua imagem para consumo.

Uma primeira razão pela qual se evoca Keynes resulta da natureza da crise económica actual e da entrada numa fase do ciclo caracterizada por forte recessão e consequente depressão. A lembrança do *crash* da Bolsa de New York de 1929 e da Grande Depressão da década de 1930 procura salientar alguma proximidade e semelhança entre eventos e situações que fazem temer o pior. A queda acentuada do investimento devido às altas taxas de juro e escassez monetária, a diminuição brusca da produção industrial, o acréscimo substancial do desemprego (que nos primeiros anos da década de 1930 atingiu valores acima de 20% na generalidade dos países industrializados), o decréscimo generalizado do nível de preços e a falência em larga escala de instituições bancárias são os principais sinais que ajudam a descrever a Grande Depressão do início da década de 1930. Tais ocorrências resultaram de uma combinação de factores explosivos (rescaldo da Grande Guerra, desajustamento do sistema monetário internacional, inflexibilidade da política monetária) que, de forma genérica, se resumem à ineficácia e falhanço do regime de padrão-ouro, e à incapacidade de se definirem arranjos monetários alternativos e políticas monetárias contra-cíclicas.¹³

Apesar de ser conhecida a oposição de Keynes ao regime de padrão-ouro e suas implicações negativas devido à ausência de instituições ou mecanis-

¹² A tradução desta e de todas citações da obra de Keynes é da minha autoria.

¹³ Esta visão sobre a responsabilidade que deve ser atribuída ao fracasso originado pelo regime de taxas de câmbio fixas que criou enorme rigidez na condução da política monetária e impediu ajustamentos das moedas nacionais em função da maior ou menor disponibilidade de cada país em reservas de ouro, é sobretudo sustentada por Peter Temin (1989). Diversas outras explicações existem sobre as origens e causas da Grande Depressão da década de 1930. Para uma sistematização das principais abordagens cf. Parker (2007), o qual inclui interessantes entrevistas com alguns dos intérpretes e representantes das principais tradições historiográficas relativas ao tema.

¹¹ Dado o âmbito deste texto não é possível uma digressão demorada sobre esta questão, mas importa esclarecer que a ortodoxia dominante nunca deixou de ser confrontada e inactivada por correntes teóricas e doutrinais alternativas.

mos de coordenação internacional e devido à impossibilidade de processos de ajustamento através de políticas de desvalorização cambial, apesar de se reconhecer a falência dos modelos e soluções da teoria económica neoclássica, importa notar que a obra de Keynes até então disponível não servia para explicar de forma fundamentada o impacto que a Grande Depressão viria a ter. Todavia, a compreensão da Grande Depressão torna-se mais fácil depois de se conhecer a obra que imortalizou Keynes como figura central do pensamento económico do século XX (Keynes, 1936). A sua relevância no plano intelectual e político decorre da oportunidade com que concebeu um modelo explicativo da insuficiência da procura agregada, da diminuição substancial das capacidades de consumo e investimento e das quebras significativas de confiança dos agentes económicos. Tudo isto servido por uma explicação consistente sobre a possibilidade de soluções de equilíbrio abaixo do pleno emprego (contrariando os postulados básicos da teoria económica clássica e neoclássica) e acompanhado pela indicação dos remédios possíveis para que a economia pudesse atingir novo equilíbrio para níveis acrescidos de emprego e rendimento.

O diagnóstico e propostas de relançamento económico apresentadas por Keynes beneficiaram da experiência do *New Deal* desencadeado por Roosevelt nos EUA a partir de 1933, assim como do processo de inversão do ciclo que então teve lugar noutros quadrantes europeus (nomeadamente com as políticas nacional-socialistas de Hitler na Alemanha) com base nas receitas expansionistas para tal aconselháveis: diminuição da taxa de juro, desvalorização cambial, incentivos ao consumo e investimento, propriedade e regulação públicas de sectores estratégicos da economia, envolvimento forte dos governos na política salarial e desenvolvimento progressivo de políticas de *welfare state*.

Apesar da originalidade revelada por Keynes na construção de uma nova abordagem macroeconómica de curto prazo, centrada na ideia de gestão da procura agregada através de incentivos ao acréscimo de consumo e investimento, impõe-se reconhecer que a sua influência não foi determinante na condução da política económica na década de 1930, nos EUA e na Grã-Bretanha.¹⁴ Tal atribuição errada de responsabilidade surge quase sempre

¹⁴ A este propósito saliente-se que as dificuldades de difusão e assimilação do keynesianismo no mundo capitalista ocidental foram maiores do que habitualmente se supõe (Hall, 1989); e por vezes foram objecto de imensa controvérsia em virtude de terem sido

acompanhada de uma noção precipitada sobre o que Keynes realmente disse sobre matérias de política económica que, em abono da verdade, nunca foram objecto de uma sistematização rigorosa. Ao declarar que a era em que vivia representava o “fim do *laissez faire*”, Keynes não pretendia que tal desfecho significasse o fim da iniciativa individual ou do espírito e alma que anima a economia de mercado, dominada por uma *bourgeoisie* bem-educada e cultivada à qual John Maynard Keynes declarou pertencer e na qual confesso sentir-se bem. Por isso, quando se tratava de discutir o relacionamento entre as esferas pública e privada na organização da vida económica, Keynes considerava que:

A mais importante agenda para o Estado não diz respeito às actividades que já são exercidas por agentes privados, mas sim às funções que caem fora da esfera de acção dos indivíduos, às decisões que não são tomadas por ninguém se não for o Estado a tomá-las. O que é importante para o governo não é fazer coisas que os indivíduos já fazem, podendo fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior; o importante é fazer as coisas que no presente não são feitas por ninguém (Keynes, 1972 [1926]: 291).

Dez anos mais tarde, a mesma visão é mantida quando discute sobre temas de filosofia social no capítulo final da *Teoria Geral* e esclarece o significado da sua opção por um programa de relançamento da procura mediante a intervenção do investimento público: “Creio, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, o que não implica a necessidade de excluir os compromissos e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada” (Keynes, 1936: 356).

No que se refere ao financiamento do investimento público, note-se também que Keynes nunca defendeu de forma inequívoca uma política deliberrada de deficit orçamental, ao contrário do que diz a lenda.¹⁵ O facto de a des-

adoptadas, no período entre-guerras, por regimes políticos conhecidos por não prezarem a democracia, que para Keynes era um valor tão essencial.

¹⁵ Sobre este e outros mitos normalmente associados à obra de Keynes, dada a confusão introduzida por divulgadores e seguidores que atribuíram a Keynes a paternidade das políticas rotuladas de “keynesianas”, cf. Bareman (2006). Entre os principais responsáveis por essa apócrifa identificação, refiram-se os discípulos americanos Alvin Hansen e Abba Lerner que misturaram o resumo enviesado dos ensinamentos de Keynes com as suas pró-

pesa pública de investimento ser financiada através de empréstimos ou dívida pública não significaria, em si mesmo, que o orçamento corrente tivesse de ser deficitário. Para Keynes os gastos públicos de investimento poderiam ser financiados através de fundos especiais disponíveis para o efeito (*sinking funds*), mobilizados a partir de orçamentos de capital distintos do orçamento corrente. Deste modo, segundo Keynes, seria viável a concretização de um programa de obras públicas para estimular a procura agregada, na convicção de que esses investimentos públicos serviriam para contrariar a fase negativa do ciclo económico e seriam veículos de acrescida confiança transmitida aos agentes económicos privados que assim se sentiriam mais motivados para consumir e investir.

Para além das anotações que sobre estes temas de política económica vai deixando ao longo da *Teoria Geral* (sobretudo no capítulo 24), Keynes havia já escrito sobre idênticas matérias bem a quente, em plena eclosão da Grande Depressão cuja extensão não podia prever. Nesse contexto de agravamento profundo da crise, Keynes chamava a atenção para um factor decisivo e determinante de uma efectiva recuperação económica: a criação de um novo estado de confiança que permitisse aos agentes económicos emprestar e investir, num quadro institucional de garantia de funcionamento dos mercados financeiros por parte dos principais bancos centrais. As suas palavras constituem uma excelente fonte de ensinamentos:

Em minha opinião, só poderá existir uma real recuperação quando as ideias dos emprestadores (*lenders*) e as ideias dos tomadores de empréstimos produtivos (*productive borrowers*) de novo se encontrarem; por um lado, através da disponibilidade dos emprestadores em emprestarem em melhores condições e com âmbito geográfico alargado, e por outro através da recuperação do bom espírito por parte dos agentes dispostos a pedir empréstimos (*borrowers*) [...]. O remédio mais eficaz seria a acção conjunta dos bancos centrais das três grandes nações credoras [EU, GB e França] no sentido de encontrarem um esquema conjunto que permitisse restaurar a confiança no mercado internacional de longo prazo (Keynes, (1972 [1930]: 133-34).

prías orientações e preferências em matérias de política económica de gestão da procura com recurso a déficits orçamentais acenados.

Noutros textos de persuasão que nesses anos produziu, Keynes deixou bem claro que o processo de recuperação não era incompatível com o objetivo de manutenção de equilíbrio orçamental, conforme bem ilustra a passagem seguinte em que sugere ao governo do seu país um programa global de política económica baseado em prioridades:

Os objectivos da política nacional, a fim de se resolverem situações de emergência, deveriam ser, em primeiro lugar, a melhoria da balança de comércio, e em segundo lugar o equilíbrio entre a receita fiscal e as despesas do orçamento corrente, através de métodos que aumentem, em vez de diminuïrem, o produto total, aumentando assim o rendimento nacional e as receitas, no respeito dos princípios de justiça social (Keynes, (1972 [1931]: 145-46).

Em termos conclusivos, destaque-se o modo simples como Keynes clarifica que não existia incompatibilidade entre relançamento económico e equilíbrio orçamental:

É um erro completo acreditar que existe um dilema entre programas de aumento do nível de emprego e programas de equilíbrio orçamental [...]. Não existe possibilidade de se equilibrar o orçamento a não ser através do aumento do rendimento nacional, o que é mais ou menos o mesmo que aumentar o nível de emprego (Keynes, 1972 [1933]: 347).

Um rumo na história

Esta breve digressão por alguns textos que Keynes escreveu a propósito das soluções para se superar a Grande Depressão serviu para demonstrar, assim o espero, que para Keynes os programas de investimento público não tinham de ser financiados mediante políticas deliberadas de déficit orçamental. Todavia, uma vez que a sua obra serviu de inspiração a quem mais tarde viria a reclamar a inevitabilidade de tais políticas (sobretudo a partir de meados da década de 1940, no contexto do pós-guerra), torna-se compreensível a identificação espúria da obra original com as reproduções que dela foram sendo feitas, anda que com perda nítida de qualidade. Por ironia do destino, também Keynes foi vítima involuntária de processos de acusação e crítica que ele próprio utilizou em relação à tradição “clássica” da ciência económica, juntando num mesmo saco autores de proveniência e méritos distintos.

Num momento em que tanto se reclama o regresso a Keynes, é importante compreender as razões que o tornam legítimo. Keynes viveu um período de

crise económica e de crise do económico que procurou compreender e soube superar. As semelhanças com o mundo actual em que vivemos são assustadoramente evidentes, razão acrescida para se evitar a utilização do exemplo dado por Keynes de uma forma abusiva e anacrónica. Ou seja, as semelhanças podem levar-nos a cair na tentação de pensar que encontramos em Keynes uma solução milagrosa para os problemas que nos affigem, tentação que, com forma procurei documentar, poderá ser agravada pela deficiente interpretação dos textos que Keynes, ele mesmo, escreveu.

Porque a Economia é uma ciência com história, aprendemos o sentido que faz evocar Keynes com propósito e a propósito. Mas também deveremos aprender que o novo herói que veneramos não poderá levar-nos a ignorar outras figuras provisoriamente arreadas dos altares de devoção. Porque poderemos necessitar de recorrer a outros ensinamentos que nos legaram e que a história da ciência económica obriga a respeitar. Neste sentido, nada melhor, para terminar, do que que aprender de novo com Keynes a respeitar o legado que a ciência económica incorpora:

Esta não é a primeira vez que me sinto forçado a lembrar aos economistas contemporâneos que os ensinamentos clássicos incorporam algumas verdades permanentes de grande significado, às quais hoje somos capazes de não dar a devida atenção porque as associamos a outras doutrinas que não podemos aceitar sem muitas reservas. Sobre estas matérias existe a acção de tendências profundas, de forças naturais, assim as podemos chamar, ou até da mão invisível, que operam em direcção ao equilíbrio. Se assim não fosse, não poderíamos ter chegado tão longe quanto chegámos ao longo de muitas décadas no passado [...]. Não pode haver mal-entendidos. Eu não supponho que os remédios clássicos actuem por si próprios ou que possamos depender deles. Necessitamos de ajudas menos dolorosas, entre as quais as mais importantes são a variação cambial e o controlo global de importações. Mas no longo prazo estes expedientes funcionarão melhor e necessitaremos menos deles se os remédios clássicos também estiverem activos. E se nós rejeitamos todos esses remédios dos nossos sistemas, seremos levados de expediente em expediente sem nunca conseguirmos recuperar de forma efectiva (Keynes, 1946: 185-86).

“Ensinamentos clássicos”, “equilíbrio”, “mão invisível”... quem diria que estamos diante de uma citação de Keynes!

Recordar este texto notável, publicado pelo *Economic Journal* cerca de um mês após a sua morte, é a melhor homenagem que pode ser feita à força e

actualidade da mensagem de Keynes, não tanto como inspiração para acções de política económica fora de prazo, mas como testemunho da perenidade do cultivo de uma ciência que também serve propósitos morais, cívicos e políticos. E, acima de tudo, porque nos revela que uma das melhores receitas para enfrentar uma crise é nunca esquecermos de respeitar e desafiar os atributos de uma ciência com história e com memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKERLOF, George; Shiller, Robert (2009), *Animal Spirits: How Human Psychology Drives the Economy, and Why It Matters for Global Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- BATEMAN, Brad (2006), "Keynes and Keynesianism", in Roger Backhouse; Bradley Bateman (orgs.), *The Cambridge Companion to Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, 271-290.
- BECKER, Gary (1976), *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago: University of Chicago Press.
- BECKER, Gary; Posner, Richard (2009), "Protectionism in a depression", www.becker-posner-blog.com/archives/2009/02.
- BRADBURY, John; Drinen, Douglas (2007), "Crime and Punishment in Major League Baseball: The Case of the Designated Hitter and Hit Batters", *Economic Inquiry*, 45:1, 131-144.
- CARDOSO, José Luis; Palma, Nuno (2009), "The Science of Things Generally?", in Amos Witztum; Frank Cowell (orgs.), *Lionel Robbins's Essay on the Nature and Significance of Economic Science - 75th Anniversary Conference Proceedings*. London: London School of Economics, STICERD, 387-402.
- DELONG, J. Bradford (2008), "Should We Still Support Untrammeled International Capital Mobility? Or Are Capital Controls Less Evil Than We Once Believed?", in Joseph Stiglitz et al. (orgs.), *The Economist's Voice: Top Economists Take On Today's Problems*. Nova York: Columbia University Press, 62-70.
- DINARDO, John (2007), "Interesting Questions in Freakonomics", *Journal of Economic Literature*, 45:4, 973-1000.
- DUGGAN, Mark; Levitt, Steven (2002), "Winning Isn't Everything: Corruption in Sumo Wrestling", *American Economic Review*, 92:4, 1594-605.
- EICHENGRREEN, Barry; O'Rourke, Kevin (2009), "A Tale of Two Depressions", *Vox* (vox.eu.org), 4 Junho 2009.
- FOX, Justin (2009), *The Myth of the Rational Market. A History of Risk, Reward, and Delusion on Wall Street*. Nova York: HarperCollins.
- HALL, Peter (1989), *The Political Power of Economic Ideas. Keynesianism Across Nations*. Princeton: Princeton University Press
- HART, Oliver; Zingales, Luigi (2008), "Economists Have Abandoned Principle", *The Wall Street Journal online*, 3 Dezembro 2008.
- KEYNES, John Maynard (1972 [1926]), "The End of Laissez-Faire", in J.M. Keynes, *Essays in Persuasion*. Londres: Macmillan and Cambridge University Press, 272-294.

- KEYNES, John Maynard (1972 [1930]), "The Great Slump of 1930", in J.M. Keynes, *Essays in Persuasion*. Londres: Macmillan and Cambridge University Press, 126-134.
- KEYNES, John Maynard (1972 [1931]), "Economy", in J.M. Keynes, *Essays in Persuasion*. Londres: Macmillan and Cambridge University Press, 135-149.
- KEYNES, John Maynard (1972 [1933]), "The Means to Prosperity", in J.M. Keynes, *Essays in Persuasion*. Londres: Macmillan and Cambridge University Press, 335-366.
- KEYNES, John Maynard (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: Macmillan.
- KEYNES, John Maynard (1946), "The Balance of Payments of the United States", *The Economic Journal*, 56, n° 222, 172-187.
- KRUGMAN, Paul (2008), *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. Londres: Penguin.
- KRUGMAN, Paul (2009), "Fighting Off Depression", *The New York Times online*, 5 Janeiro 2009.
- LEVITT, Steve; Dubner, Stephen (2005), *Freakonomics: A Rogue Economist Explores the Hidden Side of Everything*. New York: Harper Collins.
- PARKER, Randall (2007), *The Economics of the Great Depression. A Twenty-First Century Look Back at the Economics of the Interwar Era*. Cheltenham: Edward Elgar.
- POSNER, Richard (2009), *A Failure of Capitalism. The Crisis of '08 and the Descent into Depression*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- ROBBINS, Lionel (1935), *Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: Macmillan (2ª ed.).
- ROMER, Paul (2008), "Fundamentalists versus Realists", www.growthcommissionblog.org (6 October 2008).
- SEN, Amartya (2008), "The Discipline of Economics", *Economia*, 75, 617-628.
- SHILLER, Robert (2000), *Irrational Exuberance*. Princeton: Princeton University Press.
- STIGLITZ, Joseph (2003), *The Roaring Nineties. Why We're Paying the Price for the Greatest Decade in History*. Londres: Penguin.
- STIGLITZ, Joseph; Edlin, Aaron; DeLong, J. Bradford (orgs.) (2008), *The Economist's Voice: Top Economists Take On Today's Problems*. Nova York: Columbia University Press.
- TAYLOR, John (2009), *Getting Off Track: How Government Actions and Intervention Caused, Prolonged, and Worsened the Financial Crisis*. Stanford: Hoover Institution.
- TEMIN, Peter (1989), *Lessons from the Great Depression*. Cambridge, MA: MIT Press.
- TEMIN, Peter (2008), "Real Business Cycle Views of the Great Depression and Recent Events: A Review of Timothy J. Kehoe and Edward C. Prescott's *Great Depressions of the Twentieth Century*", *Journal of Economic Literature*, 46:3, 669-684.